

RTN
2021

Julho

Publicado em
30/08/2021

Ministério da Economia
Secretaria Especial do
Tesouro e Orçamento
Secretaria do Tesouro Nacional

Resultado do Tesouro Nacional

Sumário Executivo

Sumário Executivo

O resultado primário do Governo Central foi um déficit de R\$ 19,8 bilhões em julho de 2021, frente ao déficit primário de R\$ 87,9 bilhões observado em julho de 2020 (em termos nominais). O resultado foi superior à mediana das expectativas da pesquisa Prisma Fiscal do Ministério da Economia, que indicava um déficit de R\$ 31,4 bilhões.

O Tesouro Nacional e o Banco Central foram superavitários em R\$ 16,4 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 36,2 bilhões. Comparado a julho de 2020, a melhora no resultado primário observado no mês decorre da combinação de um aumento real de 41,4% (+R\$ 40,8 bilhões) da receita líquida e de um decréscimo real de 18,1% (-R\$ 35,2 bilhões) das despesas totais.

O aumento real da receita líquida no mês é derivado do crescimento nas receitas administradas (+R\$ 31,1 bilhões), nas receitas não administradas (+R\$ 10,9 bilhões) e na arrecadação líquida para o RGPS (+R\$ 4,1 bilhões), parcialmente compensado pelo crescimento nas transferências por repartição de receita (+R\$ 5,3 bilhões). Os principais destaques do mês são: a) arrecadação extraordinária de IRPJ/CSLL (+R\$ 4,0 bilhões); b) aumento na arrecadação referente à estimativa mensal, ao balanço trimestral e à declaração de ajuste anual (IRPJ/CSLL); c) acréscimos reais no volume de vendas e no volume de serviços da economia (Cofins e PIS/PASEP); d) efeito líquido positivo na comparação entre os diferimentos de tributos de julho de 2020 e julho de 2021; e e) arrecadação relativa à exploração de recursos naturais no montante de R\$ 9,4 bilhões, com transferência a Estados e Municípios no montante de R\$ 1,4 bilhão.

A diminuição nas despesas primárias em julho de 2021, por sua vez, foi influenciada principalmente pelas reduções nos pagamentos de créditos extraordinários e de apoio financeiro a Estados e Municípios (respectivamente -R\$ 43,4 bilhões e -R\$ 19,9 bilhões, comparados a julho de 2020). Por outro lado, houve aumento de R\$ 18,7 bilhões no pagamento de benefícios previdenciários em julho de 2021, em virtude da antecipação de parcela do 13º salário, sem contrapartida no mesmo mês de 2020. Houve ainda variação positiva de R\$ 14,2 bilhões na rubrica “Subsídios, Subvenções e Proagro”, uma vez que em julho de 2020 foram devolvidos à União R\$ 14,3 bilhões (em valores reais) que haviam sido destinados ao Programa Emergencial de Suporte a Empregos – PESE, evento sem contrapartida em julho de 2021.

Com o número de julho, o resultado acumulado no ano totaliza um déficit primário de R\$ 73,4 bilhões, ante déficit de R\$ 505,2 bilhões no mesmo período de 2020 (em termos nominais). Esse resultado é composto por um superávit de R\$ 121,2 bilhões do Tesouro Nacional e do Banco Central e por um déficit de R\$ 194,6 bilhões na Previdência Social (RGPS). Em termos reais, no acumulado até julho, a receita líquida anotou aumento de 32,2% (+R\$ 216,9 bilhões), enquanto a despesa total diminuiu 21,4% (-R\$ 262,7 bilhões). Quanto à receita, destacam-se os aumentos nas receitas administradas (+R\$ 163,1 bilhões), nas receitas não administradas pela Receita Federal (+R\$ 50,8 bilhões) e na arrecadação líquida para o

RGPS (+R\$ 37,3 bilhões), parcialmente compensados pelo aumento nas transferências por repartição de receita (+R\$ 34,4 bilhões).

Do lado da despesa, nos primeiros sete meses de 2021 destacam-se as reduções em: a) créditos extraordinários (-R\$ 181,4 bilhões) e apoio financeiro a Estados e Municípios (-R\$ 43,6 bilhões), associados ao enfrentamento das consequências econômicas e sociais decorrentes do estado de emergência causado pela pandemia do coronavírus (Covid-19); e b) abono salarial e seguro-desemprego (-R\$ 10,3 bilhões), resultante dos impactos causados pela pandemia de Covid-19 sobre a economia, em particular, sobre o nível de emprego (impacto mais expressivo em 2020), bem como da antecipação do pagamento do abono salarial em 2020, sem contrapartida em 2021, e postergação dos pagamentos de abono salarial do 2º semestre de 2021 para o ano de 2022. Cabe destacar ainda a diminuição de R\$ 11,5 bilhões nas despesas discricionárias, influenciada pela demora na aprovação do orçamento e pela execução mensal no regime de 1/18 do PLOA.

O período acumulado até julho de 2021 confirma a melhora expressiva em relação ao período no qual se refletiram os maiores efeitos fiscais das medidas de combate à pandemia de Covid-19. As receitas previstas no orçamento e nos relatórios bimestrais vêm sendo sucessivamente superadas pelos dados realizados, as projeções são revisadas de forma positiva, as despesas regulares seguem respeitando o Teto dos Gastos e os gastos extraordinários de combate à pandemia estão mais focalizados neste ano. Como resultado, houve uma sistemática melhora das projeções de resultado primário, não só para 2021, mas também para os próximos anos.

Ao final de 2020, as previsões do sistema de coleta de expectativas Prisma Fiscal para o superávit primário do Governo Central e para a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) como proporção do PIB em 2021 eram, respectivamente, -2,6% e 92,35%. Em maio, pouco depois da sanção da Lei Orçamentária Anual, pelo mesmo sistema de coletas de expectativas, as projeções para o superávit primário e para a DBGG em 2021 haviam se alterado para -3,0% e para 88,95% do PIB. Atualmente as projeções já mostram um cenário bem melhor, com superávit primário e Dívida Bruta em 2021 nos patamares de -1,9% e 82% do PIB, respectivamente.

Para 2022 a trajetória das expectativas teve comportamento similar. As últimas coletas do Prisma Fiscal mostram um déficit primário de 1,1% do PIB no ano que vem. Já as expectativas para a DBGG em 2022, que na visão dos agentes de mercado têm estado sempre acima da dívida prevista para 2021, também vêm apresentando forte queda, passando de 92,4% do PIB na sondagem realizada ao final de 2020 para 83,2% do PIB na última coleta disponível em agosto de 2021. Ou seja, já houve uma melhora das projeções de endividamento bruto em 9,2 p.p. do PIB ao longo deste ano.

Além das expectativas, os dados realizados mostram que o Brasil apresenta uma melhora fiscal efetiva e que avanços estão em curso. A DBGG caiu 5,3 p.p. entre fevereiro e junho, após ter subido 15 p.p. do PIB entre dezembro de 2019 e fevereiro de 2021. Além disso, as projeções mostram que em 2022 a dívida estará poucos pontos percentuais acima do que se previa para este ano, antes da pandemia.

Mesmo após o Governo Central ter apresentado um déficit primário de 10% do PIB em 2020, pelas medidas de política fiscal adotadas no combate aos efeitos da pandemia, verifica-se a importância em circunscrever estas medidas ao curto prazo, não comprometendo a sustentabilidade de médio prazo. Percebe-se, com isso, que o país dispõe de capacidade de gerar melhores resultados fiscais se comparado com o período anterior à pandemia e, seguindo neste caminho, as projeções ainda devem continuar melhorando.

O País como um todo deve manter o zelo e a responsabilidade ao lidar com a melhoria do quadro fiscal. É preciso lembrar que essa melhoria veio do respeito a um conjunto de regras fiscais, e a manutenção desse compromisso é que fará as expectativas se realizarem em todo o seu potencial. É nesse contexto fiscal que o país avança na recuperação das condições econômicas após o forte choque negativo provocado pelo Covid-19. Na medida em que o cenário para indicadores fiscais seja mais bem percebido, deverá se refletir em menores custos de rolagem da dívida, que por sua vez podem gerar efeitos ainda mais positivos sobre o próprio quadro prospectivo fiscal e econômico.